



LIÇÕES DAS INSTITUIÇÕES MEDIEVAIS AO ENSINO SUPERIOR CONTEMPORÂNEO

Roberson Vieira Machado¹, Terezinha Oliveira²

¹Acadêmico não-regular do Programa de Pós-graduação em Educação, na disciplina T.E.E.I.: Instituições Medievais e Educação, Universidade Estadual de Maringá – UEM, Maringá/PR. robersonvieira@hotmail.com

²Orientadora, Doutora, Professora do Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá – UEM, Maringá/PR. toliveira@uem.br

RESUMO

A “Universidade” tem mais de 800 anos, tendo surgido, portanto, na chamada “Idade Média”. Neste sentido, é importante compreender as práticas das primeiras instituições de ensino superior, bem como o contexto em que eram aplicadas e, conseqüentemente, analisar o que ainda permanece ou que poderia somar ao ensino superior contemporâneo. O objetivo deste trabalho é resgatar alguns marcos históricos da Idade Média que se entrelaçam à história da educação superior e às regras e documentos que buscaram organizar estas instituições, minimamente como as conhecemos hoje. A partir disso, serão apresentados alguns preceitos das universidades medievais de modo que permitam refletir sobre o papel do professor universitário nas instituições de ensino superior contemporâneas.

PALAVRAS-CHAVE: Cristianismo; Educação; Papel do professor; Regras.

1 INTRODUÇÃO

A “Universidade” tem mais de 800 anos, tendo surgido, portanto, na chamada “Idade Média”. Neste sentido, é importante compreender as práticas das primeiras instituições de ensino superior, bem como o contexto em que eram aplicadas e, conseqüentemente, analisar o que ainda permanece ou que poderia somar ao ensino superior contemporâneo. A história não pode ser ignorada, correndo o risco de desconsiderar práticas que poderiam nortear os novos modelos de ensino e aprendizagem.

Este artigo está subdividido em três tópicos, em que no primeiro serão abordadas as instituições medievais, o cristianismo e a educação, trazendo alguns e marcos históricos e referências do medievo. No segundo tópico teremos uma discussão sobre as primeiras universidades e alguns de seus preceitos. Já no terceiro tópico será comentado sobre o papel do professor universitário, repensando seu comportamento a partir de preceitos medievais.

E então, nas considerações finais, serão indicados alguns pontos sobre a relevância do tema abordado em relação à tradição histórica e sua contribuição para a formação do homem intelectual contemporâneo. E, por fim, a metodologia será evidenciada apresentando os principais autores escolhidos para fundamentar o trabalho de cunho bibliográfico.

2 INSTITUIÇÕES MEDIEVAIS, CRISTIANISMO E EDUCAÇÃO

Ao estudar sobre as instituições e práticas da chamada “Idade Média”, bem como sua relação com a educação, é importante considerar a periodização em que os estudos medievais se consolidaram historiograficamente, sugerindo um intervalo entre a queda do Império Romano do Ocidente (476 d.C.) e a conquista de Constantinopla pelos turcos otomanos (1453), estendendo-se, portanto, do século V ao século XV (BAUER et al, 2019).

Nas palavras do historiador francês Jacques Le Goff (2007, p. 18 apud BAUER et al, 2019, p. 14), um dos maiores especialistas em estudos medievais, “a Idade Média não é o período dourado que certos românticos quiseram imaginar, mas também não é, apesar das



fraquezas e aspectos dos quais não gostamos, uma época obscurantista e triste, imagem que os humanistas e os iluministas queriam propagar. É preciso considerá-la no seu conjunto”. Nessa linha de pensamento, Bauer et al (2019, p. 15), observa que:

Assim, é importante você considerar a diversidade de experiências culturais, econômicas, políticas e sociais durante os mil anos que se costumam rotular como Idade Média. Havia diferenças cronológicas (ao longo do tempo), mas também espaciais. Muitas vezes, contudo, tem-se a impressão de que a Idade Média foi um tempo de homogeneidade, de ausência de mudanças, o que está longe de ser verdade. (BAUER et al, 2019, p. 15).

Tais afirmações nos levam a refletir sobre a importância de avaliar, ao realizar pesquisas em torno do período medieval, o contexto em que a história se passa, bem como a cultura e os costumes de cada povo, sem julgamentos fundamentados nas práticas do mundo contemporâneo ou parcialidade.

Sobre a Idade Média do século XX, Bauer et al (2019, p. 19), aponta que:

As transformações conceituais, metodológicas e teóricas pelas quais a ciência histórica passou ao longo do século XX influenciaram de maneira decisiva a escrita da história da Idade Média. Para o campo, essas mudanças significaram a incorporação de novas fontes, a abordagem de temas anteriormente considerados secundários e o questionamento de conceituações e periodizações estanques.

Para Le Goff (2005 apud BAUER et al, 2019), a principal característica da sociedade medieval era a insegurança e, uma vez que a Igreja percebeu tal sentimento, tanto nos aspectos materiais quanto morais, não havia outra saída a não ser oferecer a solidariedade da fé cristã. Alguns estudiosos relacionam a queda do Império Romano com a consolidação definitiva do cristianismo e até mesmo com o seu triunfo, por conta de uma série de conexões entre os dois acontecimentos, indicando o cristianismo como processo civilizador. Sobre isso, Le Goff (2005 apud BAUER et al, 2019, p. 54) “compreende que o período posterior à queda do Império Romano foi muito importante, pois simbolizava o prelúdio do novo Ocidente medieval, uma nova maneira de travar e compreender as relações sociais”. Para o autor, a Igreja Cristã contribuiu decisivamente, especialmente na Alta Idade Média, em termos de valores e de caráter civilizatório.

A construção do conhecimento histórico sobre a Igreja e a difusão do cristianismo é pautada por alguns preconceitos criados a partir das decisões que essa instituição tomou em sua trajetória. Apesar disso, não se pode desconsiderar, desmerecer ou ignorar o seu papel. Como entidade humana, hierarquizada por dogmas, a Igreja também esteve em risco, batalhando por alternativas viáveis em cada momento histórico. Assim, juntamente à sociedade, sofreu mudanças no decorrer de sua jornada. Suas decisões foram consequência de suas conexões com o tecido social, mas as ideias de universalidade e expansionismo foram marcas de seu legado (BAUER et al, 2019, p. 54).

Bauer et al (2019, p. 58 e 59) fala sobre a ascensão do cristianismo na Idade Média:

Um processo de descentralização política marcou a Idade Média. Com a ausência de um poder político que unificasse o continente europeu, bem como os inúmeros povos que nele viviam, o cristianismo, sob a égide da Igreja Católica, consolidou uma série de estratégias para propagar e difundir a sua doutrina. Os dogmas criados se baseavam na crença em Cristo. Logo, a instituição constituiu uma espécie de regramento social, um modelo de conduta que condicionou os indivíduos a determinados comportamentos para que pudessem chegar ao paraíso celeste. Os



crístãos eram instruídos a não pecarem, seguindo de maneira fiel mandamentos divinos e com foco no próximo, por meio da caridade (BAUER et al, 2019, p. 58).

A Igreja Católica, com o intuito de combater a filosofia greco-romana, buscou na própria filosofia antiga o antídoto para reforçar e fundamentar a conexão entre a fé e a razão. Um dos filósofos escolhidos foi Platão, juntamente ao neoplatonismo. Portanto, a patrística surgiu da necessidade de diálogo entre o cristão e os não crentes, do aprimoramento e do desenvolvimento da teologia, com foco em sua preservação. Assim, foi promovido um processo conciliatório, uma ponte entre a teologia cristã e os seus dogmas e o pensamento greco-romano, naturalizando-o e ampliando as estratégias de conversão dos pagãos (BAUER et al, 2019, p. 59).

A patrística acaba se tornando, durante a Alta Idade Média, uma prática educacional, pois os padres da Igreja também agiam como educadores, reforçando e consolidando as verdades teológicas da doutrina cristã. O desenvolvimento das estruturas sociais, políticas e culturais da Idade Média esteve diretamente ligado ao foco da Igreja no ensino dogmático de sua doutrina. Em tal ensino, se propôs a apropriação e a difusão do conhecimento, bem como a manutenção das leis de convívio social por meio da força, estabelecendo-se os conceitos de ética e moral (BAUER et al, 2019, p. 59).

Como bem lembram Sancovsky et al (2010 apud BAUER et al, 2019, p. 59), todo esse processo teve apoio e fundamentação de grandes pensadores e mestres como, por exemplo, Santo Agostinho (354-430), um dos maiores teóricos da teologia e legitimadores da doutrina cristã. Em suas obras, ele evidencia as regras de comportamento e de costumes por meio de instruções e, como bom exemplo disso, temos o diálogo de Santo Agostinho (1995, p. 26 apud BAUER et al, 2019, p. 59) com Evódio:

Ag. – Julgas a instrução ser algo de bom?

Ev. – Quem se atreveria a dizer que a instrução é um mal?

Ag. – E caso não for nem um bem nem um mal?

Ev. – A mim parece-me que é um bem.

Ag. – Por certo! Com efeito, a instrução comunica-nos ou desperta em nós a ciência, e ninguém aprende se não for por meio da instrução. Acaso tens outra opinião?

Ev. – Penso que por meio da instrução não se pode aprender a não ser coisas boas.

Na falta de um Estado efetivamente forte, capaz de manter o controle sobre a população, no decorrer da Idade Média ocidental, o cristianismo e a Igreja se tornaram os principais guias da sociedade. Dessa forma, os membros da Igreja foram os mentores das camadas que comandavam a política e, conseqüentemente, colocaram em prática a fusão citada por Barros (2010 apud BAUER, 2019, p. 59) entre império e universalização da fé. Logo:

A transformação dos padrões morais do mundo ocidental, promovida por meio da ascensão do cristianismo como forma de doutrina religiosa única na sociedade, representa um dos processos mais notáveis da história mundial. Afinal, uma religião que outrora era considerada uma seita, perseguida e condenada, tornou-se a fonte de poder, ética e moralidade no mundo medieval. O cristianismo transformou efetivamente as relações sociais, as maneiras de cultivar e o imaginário social. Além disso, promoveu a transformação de um mundo politeísta num mundo monoteísta. Para muitos historiadores do Medievo, o cristianismo somente prevaleceu no mundo ocidental porque soube dar espaço e esperança, de certa forma, para grupos desacreditados, sem chance de ascensão social, motivando-os a crer em outra vida, na entrega, no sacrifício. Dessa maneira, todo o sofrimento no mundo secular seria apenas uma transição para o paraíso (BAUER et al, 2019, p. 60).



Neste contexto, ao contrário de nossa realidade contemporânea, a literatura medieval esteve a serviço da Igreja Católica como ferramenta pedagógica utilizada para o reforço do Cristianismo. Além disso, os autores da época eram membros do corpo eclesiástico, a exemplo de bispos, padres e até mesmo papas, que se aventuravam nas práticas literárias. Entretanto, os consumidores da literatura desse tempo eram, também, os próprios membros do clero e alguns da nobreza (BAUER et al, 2019).

Além das inspirações religiosas que faziam parte da substância essencial das obras, as influências da filosofia também se faziam presentes, com reflexões de Aristóteles e Platão, mas poucas na Alta Idade Média. O corpo eclesiástico, apreciadores do conhecimento das muitas dimensões da arte dos greco-romanos, foram os guardiões e responsáveis pela conservação de inúmeras bibliotecas e verdadeiras preciosidades artísticas do mundo clássico. Nesse período, a Igreja, por intermédio do sagrado, explícito na doutrina cristã, estimulou que os literatos medievais escrevessem sobre o imaginário cultural, social e sagrado do complexo tecido medieval. Os autores escolheram relatar em suas obras passagens bíblicas, produziram verdadeiras biografias romanceadas sobre a jornada de santos católicos e, sempre, reforçaram o sagrado por intermédio da existência de Deus e da vida eterna (BAUER et al, 2019, p. 75 e 76).

Enfim, a Igreja Católica teve um papel extremamente importante para a educação, enquanto instituição medieval.

3 AS PRIMEIRAS UNIVERSIDADES E ALGUNS DE SEUS PRECEITOS

“As universidades, assim como as catedrais e os parlamentos, são um produto da Idade Média” (HASKINS, 2015, p. 15, grifos do autor), ou seja, “as universidades, enquanto instituições, são uma invenção medieval” (BAUER et al, 2019, p. 196). Contudo, ao contrário do que se pode imaginar e, por mais estranho que se possa parecer, considerando o sentido em que a palavra foi utilizada nos últimos sete ou oito séculos, os gregos e os romanos não tiveram universidades. Embora tenham tido educação superior, os termos não são sinônimos, uma vez que a instrução praticada pelos mesmos não era organizada na forma de instituições permanentes de ensino (HASKINS, 2015).

Segundo Bauer et al (2019, p. 196), “no âmbito cultural, o enfraquecimento das relações de vassalagem foi influenciado pela revitalização e pelo crescimento das cidades, bem como pela criação das universidades”, as quais surgiram inicialmente, como as conhecemos hoje, entre os séculos XII e XIII, primeiramente a Universidade de Bolonha, na Itália, e depois, a Universidade de Paris, na França (BAUER et al, 2019; HASKINS, 2015). É somente a partir desse período que realmente surgem no mundo aquelas características tão marcantes da educação organizada com as quais estamos mais familiarizados como, por exemplo, os mecanismos de instrução representados por faculdades, colégios, cursos, exames, formaturas e graus acadêmicos. A exemplo de Sócrates, que era um grande professor, mas que não oferecia diploma, documento esse que seria exigido pelo estudante moderno, concedendo tangibilidade ao tempo que dedicou ao aprendizado e, portanto, assegurando-lhe vantagem advinda de seu estudo (HASKINS, 2015).

“A palavra *universitas*, significando ‘instituição autônoma’, aplicava-se regularmente às guildas e até às comunas, e é indicativo do caráter original das universidades que elas tenham adotado primeiro esse nome e depois apropriado-se dele” (LOYN, 1997, p. 815 apud BAUER et al, 2019, p. 196, grifos do autor). Neste sentido, “as primeiras universidades funcionavam como guildas, comunidades de mestres que concediam graus de formação profissional, ou então comunidades de estudantes” (BAUER et al, 2019, p. 196). Assim, “as universidades passaram a desempenhar um papel crucial na vida intelectual, política e



social da Europa. Sua influência política é evidente no modo como o crescimento da Universidade de Paris e o da cidade como capital, no século XIII, estão estreitamente correlacionados” (LOYN, 1997, p. 816 apud BAUER et al, 2019, p. 196).

Dada a importância que as universidades vinham adquirindo no cenário medieval, viu-se a necessidade de estabelecer regras para defender os interesses dessas instituições e, ao mesmo tempo, dos chamados homens de saber (professores e estudantes). Neste sentido, dois importantes documentos tiveram papel fundamental para a preservação da história e dos conhecimentos produzidos nos ambientes universitários da época são o **Authentica Habita** (1155/58) e o **Estatuto de Sorbonne** (1274). Tais documentos revelam a existência de dois aspectos que ainda existentes em nossos espaços de saberes contemporâneos: a ambiência cidadina e a estreita relação do conhecimento com o poder (OLIVEIRA, 2009).

Tal abordagem acerca desses documentos que fazem parte da história da educação revela distinções entre os pensamentos dos intelectuais do passado em relação aos do presente, contudo, percebe-se que o passado permanece presente nas estruturas materiais e mentais do tempo atual, ou seja, que o presente se constrói a partir do que se conhece do passado e, por isso, vale a reflexão sobre a importância de preservar a história e aproveitá-la para evoluir, ao invés de descartá-la por completo.

A **Authentica Habita** (Posturas Autênticas) foi editada pelo imperador Frederico Barbarosa (1122-1190), em que o mesmo apresentou uma lei que teria sido a primeira a defender os interesses dos homens de saber, incluindo-se nesse termo, aqueles que se dedicavam ao conhecimento. Nela o imperador protege os mestres e os alunos para que pudessem exercer suas atividades, relativas aos estudos, sem que fossem prejudicados ou julgados pelas leis e costumes da sociedade, devendo os mesmos responder apenas ao imperador, ao seu mestre ou ao bispo da mesma cidade. No documento, o imperador previu segurança no local de estudo e sanções aos que ignorassem a lei (OLIVEIRA, 2009).

Sob a ótica da professora Terezinha Oliveira (2009, p. 693 e 694), podemos destacar os seguintes aspectos desse documento:

Primeiro aspecto – o fato de um governante do século XII ter se sensibilizado pelos homens do saber e ter editado uma lei com vistas a proteger estudantes e mestres.

Segundo aspecto – a valorização das atividades vinculadas ao conhecimento, uma vez que, do ponto de vista do Imperador, esse conhecimento e as letras são importantes para o seu Império por possibilitarem melhor compreensão da natureza e das coisas divinas.

Terceiro aspecto – diz respeito à vida material dos estudantes e mestres, os quais, como homens da ciência, não possuíam fonte de sobrevivência e, por isso, necessitavam que a sociedade arcasse com seu sustento.

Quarto aspecto – fala da liberdade que os homens de saber conquistaram com esta lei em relação a poderem circular pelas principais cidades do Ocidente cristão.

Já o **Estatuto da Universidade de Sorbonne**, segundo afirmação de Henricus Denifle (1964 apud OLIVEIRA, 2009, p. 695), foi redigido por Roberto de Sorbona, em 1274, ou ao menos a primeira parte dele, o qual buscou regular a vida na Universidade de Sorbonne, como se pode observar no primeiro parágrafo do documento: “Quero que seja obedecido, na íntegra, o uso (costume = consuetudo) que foi instituído nesta casa (escola) desde o início pelo conselho dos bons, e se algo foi transgredido até agora, não se presuma transgredi-lo daqui para frente” (Chartularium ... doc. no. 448. Trad. livre) (OLIVEIRA, 2009, p. 695).

O Estatuto de Sorbonne trata da manutenção dos costumes e regras de convivência no ambiente acadêmico, considerando que, naquele tempo, os alunos moravam nas



universidades. Além disso, ele fala da preservação dos livros e da fidelidade para com a casa (universidade). Da mesma forma, o documento fala da obrigação dos alunos pobres em estarem dispostos a ensinar e pregar seus preceitos para conservar seu sustento, bem como sobre as regras e multas para aqueles que não a obedecessem, com a finalidade de eliminar os maus hábitos, especialmente aqueles que poderiam influenciar outras pessoas (OLIVEIRA, 2009).

Todavia, vale observar que, além desses dois importantes documentos, outros (em forma de cartas) também trouxeram algumas regras na tentativa de organizarem a vida em sociedade, a partir da convivência em comunidades. A exemplo disso nós temos a “Regra de Santo Agostinho”, escrita em meados do século V, e a “Regra de São Bento”, escrita em meados do século VI.

Agostinho de Hipona, posteriormente, Santo Agostinho, como ficou conhecido, foi o primeiro filósofo e teólogo responsável pela aproximação entre a fé e a razão. Em sua obra, *Cidade de Deus*, produzida em 426 d.C., o pensador cristão refutou as heresias da época, tais como o Maniqueísmo (crença no dualismo bem e mal, de origem persa), o Donatismo (corrente contrária aos eclesiásticos com atribuições no Estado), o Arianismo (compreensão de Jesus humano, não divino) e o Pelagianismo (compreensão do homem como responsável por sua salvação). Agostinho foi o principal expoente da Patrística, corrente filosófica que buscou compreender a relação entre o corpo e a alma, entre a fé e a razão. O diferencial de Agostinho foi o resgate do mundo dos sentidos da Antiguidade Clássica, concebido pela filosofia de Platão. A partir desse mundo dos sentidos, Agostinho propôs uma reflexão que equilibrava o conhecimento, a razão, o pensamento e os sentidos humanos dentro do debate teológico da doutrina cristã (BAUER et al, 2019, p. 77 e 78).

Benedito da Nórdia, posteriormente, São Bento de Núrsia, escreveu um conjunto de regras para seus monges com a finalidade de regulamentar a vida monástica. Cerca de um século depois de Agostinho, suas regras eram mais completas, abrangendo vários aspectos da vida em comunidade nos mosteiros, estabelecendo, inclusive, papéis de cada membro, a exemplo do abade, no papel de líder, ou pastor, o qual assume posição superior no mosteiro.

Em comum, tanto Agostinho de Hipona quanto Benedito de Nórdia traziam como norma fundamental, o amor a Deus e ao próximo, como norteadora das boas obras dos membros da comunidade e para fundamentarem as demais regras de convivência:

1. Antes de tudo, caríssimos irmãos, amemos a Deus, e em seguida também ao próximo, pois são estes os mandamentos que nos foram dados como mais importantes. 2. São estas as normas que vos mandamos observar, a vós que abraçastes a vida religiosa (Regra de Santo Agostinho, PROVÍNCIA PORTUGUESA DA ORDEM HOSPITALEIRA DE S. JOÃO DE DEUS, 2011).

[1] Primeiramente, amar ao Senhor Deus de todo o coração, com toda a alma, com todas as forças. [2] Depois, amar ao próximo como a si mesmo (Regra de São Bento, DOM JOÃO EVANGELISTA ENOUT, O.S.B. [online]).

Ainda que tais regras tenham sido estabelecidas em um contexto de vida religiosa, foram muito importantes para a conscientização da vida em sociedade, considerando a preservação da cultura, dos costumes e da vida em comum. Além disso, em um contexto geral de análise das regras de Santo Agostinho e São Bento, em conjunto com os documentos da *Authentica Habita* e do Estatuto de Sorbonne, é possível observar a necessidade de tratar o diferente com diferença, ou seja, o estabelecimento de regras específicas para grupos específicos e em um tempo específico.



4 REPENSANDO O PAPEL DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO A PARTIR DOS PRECEITOS MEDIEVAIS

É necessário, enquanto sujeito, se servir da história e ser servo dela. Esta afirmativa leva à reflexão sobre o nosso papel e contribuição para a construção da história, ou seja, sobre a necessidade de pensar em nossa função na sociedade e em como estou contribuindo com a história. Neste sentido, enquanto professor/educador, eleva-se o nível de importância ao se colocar como agente provocador para a formação de indivíduos que façam parte da história, uma vez que, tudo que o homem faz, seja de forma consciente ou inconsciente, resulta em história. Logo, percebe-se a importância de o professor universitário demonstrar coerência em suas ações e virtudes ao ensinar.

O homem medieval, nascido entre anos 1000 e 1400, não compreendia o significado da palavra intelectual. No entanto, é certo que o mesmo utilizava outros termos para mencionar aqueles a quem nomeamos intelectuais. Mestre e professor eram termos análogos quanto ao significado da realidade designada, referindo-se a pessoas que, depois de terem estudado, ensinavam. Todavia, enquanto o termo magister demonstra sempre uma qualidade de elevação moral de dignidade indiscutível, o termo professor implica, muitas vezes, certa ironia em relação à presunção e à arrogância de certas personagens que confiam demais em seu saber. De qualquer forma, em um sentido forte da palavra intelectual, refere-se aquele que não desempenha apenas uma atividade intelectual, mas que também está empenhado em transmitir essa sua capacidade de investigação, dotada de instrumentos próprios, de um percurso de desenvolvimento próprio e de objetivos bem definidos e, portanto, é esperado que seja, antes de tudo, um docente, um mestre que transmite o que sabe aos seus aprendizes (BROCCHIERI, 1989, p. 125 e 126).

Considerando a importância da história e das normas para a sobrevivência e perpetuação das instituições e, conseqüentemente, para a convivência em comunidade, a regra precisa, não só existir, mas ser cumprida em sociedade. Nessa linha de pensamento, a “escola” deveria ser o lugar de formar micro comunidades. Logo, o professor/educador deve ser exemplo aos seus alunos, vivenciando seus ensinamentos para validação do que prega como verdade, enquanto intelectual. Dito isto, analise o texto de Friedrich Nietzsche sobre o que diferencia o homem intelectual dos seres irracionais, bem sobre suas escolhas e relevância na história:

Considera o rebanho que passa ao teu lado pastando: ele não sabe o que é ontem e o que é hoje; ele saltita de lá para cá, come, descansa, digere, saltita de novo; e assim de manhã até a noite, dia após dia; ligado de maneira fugaz com seu prazer e desprazer à própria estaca do instante, e, por isto, nem melancólico nem enfadado. Ver isto desgosta duramente o homem porque ele se vangloria de sua humanidade frente ao animal, embora olhe invejoso para a sua felicidade – pois o homem quer apenas isso, viver como o animal, sem melancolia, sem dor; e o quer entretanto em vão, porque não quer como o animal. O homem pergunta mesmo um dia ao animal: por que não me falas sobre tua felicidade e apenas me observas? O animal quer também responder e falar, isso se deve ao fato de que sempre esquece o que queria dizer, mas também já esqueceu esta resposta e silencia: de tal modo que o homem se admira disso (NIETZSCHE, 2003, p. 7).

Uma instrução que não tenha capacidade de influenciar as ações, não é digna de ser valorizada. Enquanto seres pensantes, intelectuais, o professor deve considerar que, instrução sem vivificação não passar de um conhecimento supérfluo e, portanto, inimigo do necessário. Neste sentido, se servir da história e servir a ela significa viver de acordo com princípios e valores aprendidos para que seus ensinamentos tenham impacto verdadeiro na vida dos estudantes, deixando de ser, assim, um “ser saltitante”, irracional, para se tornar



um ser relevante e que faz parte da história por meio de suas práticas e exemplos que imprimem a importância de ser coerente em suas ações e virtudes ao ensinar (Adaptado de GOETHE apud NIETZSCHE, 2003).

Sobre isso, Clemente de Alexandria (2014) fala sobre o ofício do pedagogo, no papel daquele que instrui por meio do seu exemplo. Segundo o autor, “há três coisas a serem regradadas no homem: os hábitos, as ações e as paixões”. Em seu texto, o autor trata o pedagogo como uma figura que se assemelha a Deus em suas ações para que possa representar o papel de educador e exemplo a ser seguido:

Nosso Pedagogo, meus filhos, é igual a Deus, seu Pai. Ele é incapaz de ser levado pelas paixões ou pelos vícios; é perfeito, por isso não é possível dirigir-lhe qualquer censura. Nosso Pedagogo é Deus feito homem, mas, acima de tudo, um homem sem fraquezas. Ele é totalmente submetido à vontade do Pai; é o Verbo feito carne, o Deus que está assentado à direita de Deus Pai, e com Ele é um só Deus. É a sua imagem pura e sem mácula, que não poupa esforços para que nossas almas assemelhem-se a Ele. Não sente jamais as desordens nem as agitações das paixões. Eis porque somente Ele merece a condição de Juiz, pois é totalmente isento de pecado, ao passo que nós devemos incessantemente evitar, tanto quanto possível, cometê-los (ALEXANDRIA, 2014, p. 23).

Embora tenhamos um texto com conotação religiosa, para o nosso texto, é importante analisar a figura do pedagogo, enquanto “sujeito exemplo” para os seus educandos. Aqui, novamente fica o destaque sobre a importância das virtudes ao ensinar, embasadas no modo de vida de quem assume o papel de professor, ou daquele que ensina. De qualquer forma, os preceitos religiosos e filosóficos tiveram grande relevância para a educação na Idade Média, como afirma Chesterton (2015 apud BAUER et al, 2019, p. 79):

Tomás de Aquino foi professor da Universidade de Paris e membro da Ordem dos Dominicanos, responsável por ampliar o projeto universalista da Igreja, desenvolvendo a Escolástica, método característico das universidades medievais europeias, entre os séculos IX e XVI. A partir das escolásticas, segundo o autor, Tomás de Aquino propôs e trouxe à tona os ensinamentos de Aristóteles por meio da metafísica aristotélica, com foco nas causas primeiras, ou seja, na origem das coisas. E, a partir disso, sua proposta objetivava conciliar a fé cristã com o pensamento racional, levantando questões que conectariam a teologia e a filosofia, ou seja, uma proposição de uma investigação e fundamentação racional da fé.

Diante do exposto até aqui, qual o papel do professor universitário, além de ensinar um conteúdo específico? Seria contribuir para a formação do indivíduo enquanto cidadão a ser inserido nas organizações? Se sim, seria possível fazê-lo sem que haja coerência entre suas ações no ambiente acadêmico e os seus ensinamentos? O que podemos extrair da história para melhoria das práticas de ensino contemporâneas? Esses são alguns dos importantes questionamentos que devem ser feitos por toda comunidade acadêmica, composta por seres pensantes, intelectuais e, portanto, sujeitos capazes de dar rumo à história que é construída enquanto vivemos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se então, ao final deste artigo que, o papel do estudante é dar continuidade às regras da casa, ou seja, ao que se aprende na universidade. Porém, para que isso seja efetivado, o professor, mestre das instituições de ensino superior, deve agir com coerência ao que ensina para que, assim, influencie de maneira genuína o comportamento dos seus alunos.



Em relação aos preceitos medievais praticados nas primeiras universidades, a palavra-chave é “tradição”, uma vez que, ao desconsiderar o passado, as nossas raízes, gera um impedimento ao nos postarmos no mundo como seres intelectuais. Isso não significa que devemos ficar presos no passado ou na tradição, mas que a mesma deve ser considerada para a construção de novos modelos a partir do que já foi vivenciado e experimentado.

Neste sentido, conclui-se o presente artigo destacando que, a ideia central é seguir o modelo existente, que tem dado certo até então, uma vez que não se tem um outro modelo a ser seguido. Portanto, não se faz necessário jogar o que se tem fora, ou descartar, com a intenção de iniciar um novo modelo do zero. A Inovação sem considerar a tradição é, na verdade, uma destruição de um modelo que funciona(ou) até o momento, e isso inviabiliza a inclusão social.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRIA, Clemente de. **O pedagogo**. Campinas-SP: Ecclesiae, 2014. p. 19-26.

BROCCHIERI, Mariateresa Fumagalli Beonio. O intelectual. In: LE GOFF, Jacques. (Dir.). **O homem medieval**. Lisboa: Presença, 1989. p. 124-141.

BAUER, Caroline S. et al. **História medieval** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: SAGAH, 2019. Disponível em:
<<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786581492106/>>. Acesso em: 25 jul. 2022.

HASKINS, Charles Homer (1870-1937). **A ascensão das universidades**. Balneário Camboriú-SC: Livraria Danúbio Editora, 2015.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm (1844-1900). **Segunda consideração intempestiva**: da utilidade e desvantagem da história para a vida. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

OLIVEIRA, Terezinha. **Memória e história da educação medieval**: uma análise da Autentica Habita e do Estatuto de Sorbonne. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas) [online]. 2009, v. 14, n. 3, pp. 683-698. Disponível em:
<<https://doi.org/10.1590/S1414-40772009000300009>>. Epub 15 Dez 2009. ISSN 1982-5765. Acesso em: 15 ago. 2022.

O.S.B. [online]. **Regra do Glorioso Patriarca São Bento**. Tradução e Notas de Dom João Evangelista Enout, O.S.B., do Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.osb.org.br/regra.html>>. Acesso em: 12 ago. 2022.

PROVÍNCIA PORTUGUESA DA ORDEM HOSPITALAIREIRA DE S. JOÃO DE DEUS. **Constituições**: cartas de S. João de Deus – Regra de Santo Agostinho. Lisboa-PT: Editorial Hospitalidade, 2011.